II Parte – Novos tempos e outros desafios

A importância da tradição pecebista

Raimundo Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, R. A importância da tradição pecebista. In: *A importância da tradição pecebista* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, pp. 40-45. ISBN 978-85-7982-051-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

II PARTE

NOVOS TEMPOS E OUTROS DESAFIOS

A IMPORTÂNCIA DA TRADIÇÃO PECEBISTA

Recordar a nossa esquerda histórica – o PCB – não constitui exercício extemporâneo. Para além do lugar que ocupam na história nacional, os comunistas do PCB deixaram várias contribuições para o pensamento de esquerda no Brasil, dentre elas, a mais importante é a da valorização da política e da democracia representativa no campo dos nossos agrupamentos de orientação marxista. Sua lembrança alude a traços constitutivos da nossa cultura política reformista que merecem ser evocado nestes tempos do segundo governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. Vivemos dias em que tem curso um profundo processo de enfraquecimento do Congresso Nacional e dos partidos políticos e não são poucas as verbalizações de apelo populista igualmente corrosivas do valor do Estado democrático de Direito.

Ainda que não tenham elaborado um *corpus* intelectual, como, por exemplo, o PCI, na sua trajetória contemporânea rumo à democracia, os comunistas brasileiros proporcionaram às demais esquerdas um estilo de pensar e agir que poderíamos chamar de pecebismo. Trata-se de um modo de ser *politicista* – lembrando aqui em registro positivo um termo que já foi usado para desqualificar o PCB –, estilo construído num campo de esquerda em permanente busca do domínio das circunstâncias com as quais se deparavam os seus filiados. Este empenho foi estimulado pela boa intuição que marcou o Partidão, principalmente áreas do seu núcleo dirigente, dividido entre a orientação doutrinária e a realidade na qual os comunistas eram chamados a operar com previsão e perspectiva. O pecebismo expressa a propensão dos comunistas a compreender o sentido das conjunturas e a equacionar os requerimentos postos às esquerdas brasileiras. Circunstâncias que delas exigiam intervenção eficaz em um país cujo melhoramento dependia – como hoje depende – da sua democratização política.

Recolhido em documentos oficiais por meio de passagens às vezes ambivalentes – após embates entre ortodoxia e inovação, conciliações e fraturas –, esse custoso empenho para compreender o Brasil visava dotar os

militantes de uma “linha política” geral que os habilitasse não só a intervir no mundo efetivo como ainda a avaliar as consequências dos seus atos segundo textos divulgados na imprensa partidária. Trata-se de um estilo vivido custosamente à margem da sua filiação internacional marxista-leninista, delimitado do seu forte vínculo com o socialismo real e a URSS.

Podemos localizar os antecedentes desse pecebismo bem no começo dos anos 1950, quando os comunistas dão os primeiros passos rumo a uma atuação aberta na superfície da vida sindical, após os exasperados anos da Guerra Fria.

Essa abertura se dava tanto em relação ao sindicalismo urbano então existente no país como ao mundo rural, no qual o PCB começou a fundar os sindicatos de assalariados e semiassalariados visando uma mobilização ampla que alcançasse os camponeses. No entanto, com tais sindicatos e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), terminariam por estruturar, em 1963, a rede associativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ao largo do território nacional.

O pecebismo contemporâneo aparece de modo mais visível no momento em que os comunistas reencontraram a política propriamente dita na sequência do 24 de agosto de 1954. Foi quando o PCB se aliou a outras correntes gravitantes no mundo partidário real em defesa da Constituição de 1946, em luta contra a interrupção do processo de descompressão política que se afirmava naquela época. Depois, essa militância na frente única antigolpista formada em resposta aos eventos daqueles anos 1950 tornar-se-ia vocação, cada vez mais esta tática unitária sendo apresentada em elaborações pecebistas como um valor fundamental.

Em tanto prática, esse pecebismo dos comunistas, sobremaneira no pós-64, foi de muita responsabilidade e lucidez, como certa vez disse Hélio Jaguaribe, observando que a teoria que o referenciava não lhe era homóloga (cf. MARÇAL BRANDÃO, 1992). No entanto, como construção político-intelectual, o PCB teve épocas em que produziu boas elaborações, como no primeiro grande momento renovador ocorrido entre os anos 1956-58, do qual surgiu, com o apoio de Prestes, a Declaração de Março de 1958, texto anunciador da “nova política” com a qual o Comitê Central encerrou a controvérsia sobre o stalinismo e procurou consolidar a propensão dos comunistas a interferir na vida nacional. A defesa permanente e a apreciação das liberdades, bem visíveis durante o regime de 1964 na

postura de frente democrática e na contínua busca de atuação nas instituições, no associativismo legal e em particular nas eleições, por mais limitados que estivessem, evidenciam a importância que os comunistas atribuíam à democracia representativa.

Esse pecebismo contemporâneo – como o emedebismo acrisolado nos anos da resistência ao autoritarismo – forjou um tipo de atuação influenciado por valores democráticos e particularmente por condutas unitárias construtivas bem características do PCB desses tempos duros.

Em relação ao nexo reformismo e democracia política – o outro grande tema em que há contribuição dos comunistas¹ –, observemos que há uma tradição em equacionar as questões da economia no terreno da política. Esta marca se torna cada vez mais clara à medida que os publicistas do PCB buscam explicitar as imagens de Brasil que lastreiam a orientação partidária, como por ocasião da Declaração de Março de 1958 e entre meados da década de 1970 e os inícios da redemocratização. Este era o tempo em que parte do Comitê Central pecebista vivera no exílio, no momento do eurocomunismo. Foi quando jovens comunistas ensaiaram uma reinterpretação da nossa formação social a partir do nexo prussianismo-revolução passiva.² Esta tentativa intelectual convergia com a movimentação de veteranos dirigentes, como Armênio Guedes, que retomavam a linha de valorização da democracia política como ponto de referência para a renovação da esquerda histórica brasileira naquele começo da década de 1980.

Mesmo tendo dado passos decisivos, como nenhum outro agrupamento de esquerda, em direção à política e à valorização da democracia, o PCB não conseguiu traduzir a “questão democrática” – lembrando aqui esta expressão dos anos do eurocomunismo – em termos de uma elaboração que valorizasse o Estado democrático de direito como único terreno no qual poderia ter curso sustentável a reforma da sociedade brasileira. No campo marxista, este passo exigia a prévia discussão do conceito-chave do socialismo – a

¹ No apêndice da primeira seção (*A presença das teses caiopradianas nos textos de Elias Chaves Neto*), já foi referido o cânone “produtivista” com que Caio Prado definia o sentido da reestruturação progressiva da vida econômica brasileira.

² Werneck Vianna é o principal autor que associa o pensamento que Lênin desenvolveu nos textos sobre a revolução russa de 1905 (prussianismo) e a obra de Gramsci, valorizando deste clássico, primeiro, a dissertação sobre o *Risorgimento* (VIANNA, 1976) e, depois, as notas sobre o americanismo (VIANNA, 1997). Vianna chama essa matriz de “campo da revolução passiva”.

hegemonia –, como se viu no debate empreendido pelo PCI na segunda metade da década de 1970, quando este partido foi interpelado, especialmente por Bobbio, a propósito da tese marxiana da extinção da política em decorrência da homogeneização da nova sociedade. Esta controvérsia duraria anos no PCI, inclusive perpassou as mutações do campo alargado PCI-PDS-DS. Ela só se “concluiria” bem depois, digamos assim, agora há pouco, em áreas que ainda guardam raízes no antigo PCI (e no pensamento de Togliatti-Gramsci, como disse Giuseppe Vacca, recentemente no Rio de Janeiro) e que hoje integram o *Partito Democratico* (PD) italiano, criado não faz muito tempo.

Nos últimos tempos do seu PCB, quando o comunismo e a URSS se esgotaram, no início dos anos 1990, os pecebistas não avançaram naquela discussão. Pode-se dizer que não converteram a valorização da democracia política numa aceitação do Estado democrático de Direito sem nenhum tipo de reserva e fundamentada, como há muito vem defendendo Jurgen Habermas como postura da esquerda democrática. No entanto, no campo que ainda tem o PCB como referência, tanto entre intelectuais independentes como na esfera propriamente partidária (o PPS e sua área de influência), notam-se movimentações abertas ao tema da pluralidade da vida nacional; abertura considerada decisiva não só para balizar o agir no momento presente como para se pensar o país no longo prazo. Na intelectualidade há registros que problematizam a diversidade da nossa formação social como valor permanente e vantagem estratégica.

Na área política, certos movimentos com vistas à próxima eleição presidencial, como, por exemplo, as convergências partidárias defendidas pelo ex-senador Roberto Freire vão na direção do reconhecimento da importância de uma parte bem expressiva do mundo político hoje existente, com seus partidos de espectro social e ideológico variado.

Esse tipo de valorização do mundo político, lembrando a função de ponto de apoio que ele representou durante a resistência ao autoritarismo, constitui uma das condições fundamentais do pluralismo que ora vivemos sob o Estado democrático de direito. E, mesmo que agora esteja necessitando de renovação profunda, o nosso mundo político pode vir a ser a principal condição da vida democrática que temos. Isso se, de um lado, crescem entre nós as manifestações messiânicas e se, de outro, se não se afirma entre áreas dos partidos – inclusive do PT e do PMDB – a ideia de se formar um campo

reformista radicalmente comprometido com a vigência da democracia política no curto e longo termo.

Hoje, ainda são poucas as expressões elaborativas nos círculos intelectuais próximos ao PPS. As próprias iniciativas político-eleitorais, como as de Roberto Freire, não revelam maior sustentação em teses dos últimos tempos do PCB ou em outros textos sucedâneos importantes. Em todo caso, nessas duas áreas-chave, até agora, não foi anunciada disposição de se passar da fórmula oitocentista da aliança entre “partidos de esquerda” e “partidos de centro” – fórmula que aos olhos do antigo campo pecebista resumia as possibilidades do reformismo brasileiro contemporâneo – rumo a um novo tipo de unidade baseada na convergência e fusão de elementos analíticos das nossas realidades atuais e valores oriundos de mais de uma cultura democrático-reformista certamente existentes no país.

Esse novo caminho para suscitar e reunir forças renovadoras vem com a controvérsia que nos trazem outros ambientes da esquerda democrática, principalmente o PD italiano, que fala de um processo unitário diverso da estratégia de alianças do passado. Vê-se em textos desse partido que agora as convergências políticas são pensadas como uniões duradouras que perpassem a um campo mudancista pluralizado, potencialidade nova que lhe permita inovar na elaboração de um projeto de melhoria da vida nacional nas condições do globalismo de hoje e da crise mundial ora em curso. Esse impulso inovador tem sido o sentido principal das alianças partidárias e das reunificações com que se envolveu o PCI, desde os anos da tese berlingueriana do “compromisso histórico”, proposta em 1973, logo após os acontecimentos sangrentos do Chile de Allende.

O objetivo estratégico de agora é o de que, com tal projeto, chamado pelo PD italiano de “aliança com o país”, uma nova formação de esquerda democrática, assim criada, possa se expandir na aceitação do eleitorado, de maneira ampla e sustentável. O movimento ao redor do PD italiano parece bem delimitado da fórmula do passado: trata-se de uma política de alianças já não mais limitada à procura, por meios organizativo-partidários, de máxima força para combater inimigo, ou para realizar governo de uma corrente numericamente forte, mas propensa a exercer hegemonia e cooptação sobre os aliados convergentes.

Este novo movimento unitário tornou-se mais nítido à sequência das importantes vitórias da direita na Europa, no caso, após a última eleição de

Berlusconi na Itália. Relembremos ainda que ele advém no contexto da formação de governos messiânicos em outras partes, a América Latina e o Brasil incluídos. Agora, setores da esquerda democrática, em particular o *Partito Democratico*, referem-se a tal tipo de convergência como uma estratégia que dê vida política a um projeto de renascimento nacional, elaborado sem autossuficiência e reservas entre as correntes atraídas para o cometimento de buscar saída para a crise e avançar na renovação do país. Um tipo de concertação que, a partir das culturas políticas reunidas, suscite visões e valores capazes de mobilizar a maioria da população, ensejando uma nova formação político-partidária competitiva eleitoralmente por força do convencimento de um projeto exequível. Criar-se-iam, por este caminho, condições para converter o programa de “aliança com o país” em metas que possam vir a ser tanto apoiadas – vividas – pela sociedade, sob vigência plena do Estado democrático de Direito, como convertidas em ações de governo(s) constituído(s) por meio de eleições livres e democráticas.

Referências bibliográficas

MARÇAL BRANDÃO, Gildo. *Capitalismo, Democracia e Comunismo*, USP, tese de doutoramento, 1992.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *A Revolução Passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.